



DE “MONUMENTO NATURAL” À “ANTROPOGEOGRAFIA”: IDEIAS DE NATUREZA NA REVISTA DO PATRIMÔNIO (1937- 1945)

Rafael Teixeira Vidal ¹

RESUMO

O trabalho trata das ideias e representações de natureza publicadas por membros de distintos campos científicos na revista oficial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a Revista do Patrimônio, entre 1937 e 1945. Através da leitura de seis artigos de artífices da preservação presentes na Revista do Patrimônio – Edgard Roquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres, Raimundo Lopes, Gilberto Freyre e Noronha Santos – e com o apoio da literatura crítica e interdisciplinar do campo patrimonial e da história, foram observadas as narrativas de preservação da natureza no SPHAN e suas tópicas discursivas entre matizes da Geografia, Belas Artes, Ecologia, História, Ciências Naturais e Antropologia, evidenciando um quadro de distintas representações e ideias de natureza enredadas na publicação científica da instituição de preservação cultural.

Palavras-chave: SPHAN, Revista do Patrimônio, natureza, patrimônio natural, artífices da preservação.

ABSTRACT

Cet article examine les idées et représentations de la nature publiées par des membres de différentes disciplines scientifiques articulées à la revue officielle du SPHAN, la *Revista do Patrimônio*, entre 1937 et 1945. Vers l'analyse de six articles des cadres supérieurs de la préservation publiés dans la revue – Edgard Roquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres, Raimundo Lopes, Gilberto Freyre e Noronha Santos – et vers le soutien d'une littérature critique et interdisciplinaire dans le domaine du patrimoine et de l'histoire, cet article examine le débat de la préservation de la nature au SPHAN, ainsi que ses sujets discursifs entre les disciplines de la géographie, des Beaux-Arts, de l'Écologie, de l'Histoire, des sciences naturelles et de l'Anthropologie. Cet article montre un cadre de différentes représentations et idées de la nature enchevêtrées dans la publication scientifique de l'institution brésilienne de préservation culturelle.

Mots-clés: SPHAN, Revista do Patrimônio, nature, patrimoine naturelle, cadres supérieurs du patrimoine.

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando do Curso de Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR-IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), rafaeltvidal@gmail.com.



No ambiente político nacional e institucional do SPHAN nas décadas de 1930 e 1940, sobressaía intenso nacionalismo aliado ao desejo de modernização da sociedade e do corpo burocrático do Estado (IANNI, 1971). Diversos temas foram objeto de debate no período, entre eles: novas formas e direitos do trabalho, o genuíno “homem brasileiro” e o patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Brasil. Nesse contexto, diferentes setores da sociedade civil, associações, como a Sociedade Amigos das Árvores e a Sociedade Amigos Alberto Torres, e instituições, como o Museu Nacional e a Escola de Belas Artes, mobilizaram-se em torno dos debates da preservação cultural e natural no Brasil, articulando-se às novas estruturas setoriais do Estado que eram criadas com o governo de Getúlio Vargas².

Advindo de intensa tópica nacionalista nos discursos políticos e de preservação, o quadro institucional e político no SPHAN se caracterizava por mobilizações para as questões de proteção à cultura e à natureza nacionais. Essas eram promovidas em debates de jornais sobre o então chancelado Código da Pesca, da Caça e do Solo, em congressos e conferências, como a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934, e em volumes de revistas e rádios científicos organizados por cientistas e intelectuais, como a Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a Rádio do Museu Nacional, com palestras e debates científicos, e, diretamente relacionada ao órgão de preservação, a Revista do Patrimônio.

A Revista do Patrimônio se revelou, desde sua primeira publicação, em 1937, como importante agência de atribuição e legitimação de valores referentes à cultura material brasileira e de elementos da natureza que, em combinação, formariam o dito “patrimônio nacional”, forjado por vários intelectuais da época. Sendo essa uma expressiva plataforma de debate de artífices provenientes de distintos campos do conhecimento reunidos em torno da causa da preservação, este trabalho se vale de suas publicações entre 1937 e 1945 para mapear e debater as tópicas discursivas e representações de natureza encabeçadas por artífices do patrimônio, revelando um quadro de diversas interpretações e conflitos em torno do debate sobre o patrimônio natural no SPHAN.

² Para mais desdobramentos das práticas de representação e ideias de natureza no SPHAN ver a pesquisa de dissertação de Vidal (2020) defendida no Programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR-IPPUR/UFRJ).



Dissidências sobre natureza, como “monumento”, “paisagem idílica” e “recurso identitário e econômico”, atravessaram o percurso da Revista, caracterizando certo cenário de disputa sobre quais expressões devem se tornar patrimônios nacionais. Interessa, nesse trabalho, aprofundar nas análises sobre representações e lutas por classificação do patrimônio natural a partir das classificações de natureza e cultura presentes nas falas autorizadas de pesquisadores com publicações na Revista do Patrimônio, especialmente aprofundada nesse trabalho nas análises em torno dos artífices Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes.

Mediante as diferentes interpretações da natureza, ora vista como monumento natural e paisagístico, ora como patrimônio etnográfico e biológico, ora vista como recurso econômico, interessa ressaltar como cada uma das visões que surgiram dentro do SPHAN operou enquadramentos sobre a realidade social altamente sintonizados à lógica patrimonialista, nacionalista e antropomórfica da preservação. Para tanto o trabalho está composto por quatro partes, além da introdução e das considerações finais.

Na primeira parte intitulada “Metodologia” se discute os caminhos de pesquisa, os levantamentos no acervo da Revista do Patrimônio durante o recorte proposto e as primeiras implicações das referências primárias levantadas. Vale apontar que o esforço de levantamento que dá corpo a esse trabalho para o XIV ENANPEGE faz parte do primeiro ano de pesquisa de doutoramento do autor no programa de pós graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional no Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR-IPPUR) dentro da linha de história, cultura e planejamento. Espera-se continuar com o mesmo levantamento e debate nos próximos esforços de pesquisa, certo de que as leituras e contribuições a esse primeiro trabalho crescerá enormemente a tese ao qual ele se vincula.

Na segunda parte do trabalho propõe-se debater os textos levantados na Revista do Patrimônio sob leitura crítica do patrimônio, evidenciando suas categorias próprias, caminhos, léxicos e escolhas teórico-discursivas dos autores. Na busca por não se essencializar os discursos de época, interessa aqui muito mais evidenciar as visões dos artífices articulados à Revista, seus paradigmas, esforços e contradições próprias aos seus percursos na Revista.

A terceira parte do texto discute os resultados de pesquisa e elabora alguns apontamentos sobre os textos, as posições dos artífices suas articulações políticas institucionais. Dois casos se destacaram nesse trabalho: o de Gilberto Freyre, grande



exponente de uma corrente nacionalista articulada ao SPHAN, e de Raimundo Lopes. A esse artífice coube uma discussão exclusiva na quarta parte do trabalho, compreendendo-o como um hiato na preservação *pedra e cal*, ou seja, um técnico-consultor, articulador e pesquisador vinculado ao SPHAN pela criação e preservação de um patrimônio natural. Raimundo Lopes, como se debate adiante, evidenciou ainda uma importante articulação interinstitucional entre SPHAN e Museu Nacional, aspecto histórico que, muitas das vezes, escapou às contribuições da historiografia patrimonial.

METODOLOGIA

Desde a criação do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 25/1937, à época chamado de SPHAN, previa-se a criação do serviço nacional de preservação e de suas superintendências regionais por todo território brasileiro, a criação de uma revista científica para publicações sobre o tema e, por fim, a consolidação de um corpo técnico-burocrático de profissionais autorizados a buscar, registrar e preservar o patrimônio nacional. Cada uma dessas ações oficiais de Estado contribuiu para a consolidação de uma causa pública em torno das práticas de preservação do patrimônio natural e cultural. Dentre elas, a Revista do Patrimônio, como uma parte desse serviço oficial de Estado, tornou-se uma importante agência de atribuição e legitimação de valores a aspectos da cultura material brasileira e a elementos da natureza que formariam o dito “patrimônio nacional”, quer fosse ele inscrito em um dos quatro Livros de Tombo: o Livro do Tombo das Belas Artes, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Desse modo, a Revista do Patrimônio atribuiu, desde sua primeira publicação, certa legitimação científica às definições de valores históricos e artísticos aos bens culturais colecionados por agentes da preservação patrimonial. Especialmente no período de consolidação da instituição, entre 1937 e 1945, período de intensas atividades técnicas e científicas para a consolidação das práticas de preservação – a fase heroica da preservação, nos termos de Marcia Chuva (2017) –, a Revista do Patrimônio foi importante meio de reconhecimento, valorização e legitimação pública da causa da salvaguarda de bens patrimoniais, tornando-se, portanto, um meio de criação do valor patrimonial sob bens culturais e importante meio de agenciar discursos e naturalizar a



atribuição de valores excepcionais a partir de discursos autorizados de práticas de colecionismo, seleção e preservação dos bens nacionais.

Por tudo isso, interessa a este trabalho levantar as diversas atribuições discursivas e teóricas a valores culturais e aspectos naturais do território nacional, em especial na chamada fase heroica do SPHAN, evidenciando suas diversas narrativas, suas sobreposições de sentido e sua evolução no percurso histórico da Revista.

Para tanto, foram levantados artigos publicados na Revista do Patrimônio entre 1937 e 1945 que citassem palavras-chave como “natureza”, “natural”, “ambiente”, “ambiental”, “rural”, “meio natural”, “monumento natural” e “jardins” e que se articulassem às temáticas dos livros do Tombo das Belas Artes e do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, compreendendo tais sessões como *locus* da discussão sobre preservação da natureza do SPHAN. Nesse recorte, voltado para o período de consolidação do SPHAN e de intensa tópica nacionalista nos discursos de preservação, foram levantados 6 artigos de autores de diferentes campos científicos, das Ciências Naturais à Antropologia (Quadro I).

QUADRO I: Lista de artigos com debates sobre natureza e levantados na Revista do Patrimônio
--

- | |
|--|
| 1. Edgard Roquette Pinto. Estilização. Revista nº1. 1937. |
| 2. Raimundo Lopes. A natureza e os monumentos culturais. Revista nº1. 1937. |
| 3. Gilberto Freyre. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias. Revista nº1.1937. |
| 4. Heloisa Alberto Torre. Contribuição para o estudo da proteção ao material etnográfico e arqueológico no Brasil. Revista nº1.1937. |
| 5. Raimundo Lopes. Pesquisa etnológica sobre a pesca Brasileira no Maranhão. Revista nº2. 1938 |
| 6. Noronha Santos. O parque da Praça da República – antigo da Aclamação. Revista nº08.1944. |

Tanto os dualismos extremos quanto as nuances equilibradas entre “cultura” e “natureza” apareceram nas primeiras publicações de artigos da Revista do Patrimônio no IPHAN, evidenciando um quadro de intenso debate e luta entre diferentes campos científicos e associações civis. Nesse sentido, investiu-se em uma metodologia



descritiva e qualitativa das ideias de natureza articuladas à Revista do Patrimônio, priorizando suas impressões, visões e repertórios de época. Optou-se por uma análise que descreve a história das articulações às ideias de natureza.

A sistemática de critérios e valores atribuídos à dualidade entre cultura e natureza na Revista do SPHAN pareceu de difícil delimitação quando questionadas sobre a base de palavras, conceitos e ideais que classificam o que é oficialmente dito “natural” e o que é exclusivamente “cultural”. Por ora, o valor se apoiou em formas ditas “culturais” da humanidade, de modo a resumi-las às expressões estruturadas pelas ações humanas e sem evidenciar as interações entre humanidade e as transformações do meio natural. No extremo oposto, aspectos da “natureza” foram valorizados exclusivamente pelos seus fatos biofísicos e/ou geomorfológicos, o que, em uma análise rápida, sugere um problema de antropomorfização do meio natural.

Priorizou-se a evolução das ideias atribuídas à “natureza brasileira” nos discursos de preservação do patrimônio natural publicados na Revista do Histórico e Artístico Nacional (a *Revista do Patrimônio* do IPHAN) durante a fase heroica da instituição, compreendida entre os anos de 1937 e 1945, a fim de se fazer gênese dos modos de definição binária entre “natureza” e “cultura” e propor uma leitura histórica das origens da razão dualista que circunscreve os modos de definição antagônica entre sentidos sobre o “cultural” e o “natural”.

Lidar-se-á, neste trabalho, com os antagonismos e assimetrias de sentido entre “natural” e “cultural” presente nas ideias de preservação da natureza nos trabalhos publicados pela revista oficial do instituto de preservação cultural. Quais eram as narrativas de intelectuais sobre a preservação dos sistemas naturais dentro de uma instituição de preservação de bens culturais e artísticos? A quais tópicos discursivos a natureza era elevada e associada para ser valorizada e preservada?

REFERENCIAL TEÓRICO

A motivação da preservação do patrimônio natural de Estado no Brasil está diretamente vinculada ao contexto de criação do SPHAN, em meados da década de 1930, e às principais personalidades relacionadas diretamente com o ideário do serviço do patrimônio, em especial Rodrigo Mello Franco de Andrade (1889-1969), Mário de Andrade (1893-1945), Gilberto Freyre (1900-1987), Bertha Lutz (1894-1976),



Raimundo Lopes (1894-1941), Heloisa Alberto Torres (1895-1977), Roquette-Pinto (1884-1954) e Hermann Kurse (1884-1947), agentes cujas pesquisas e ideias rebatiam-se na formação do serviço de preservação.

É também nesse recorte temporal que a noção de identidade nacional a partir de um patrimônio natural passa a ser forjada dentro do SPHAN. Por outro lado, nesse mesmo momento de cúspide do serviço de preservação, são privilegiadas as práticas de preservação ligadas a aspectos formais e arquitetônicos, o patrimônio “pedra e cal” (CHUVA, 2017), em detrimento das práticas de preservação vinculadas à natureza e seus sistemas. Apesar de a literatura sobre o tema da preservação, lembrando de Cristiane Maria Magalhães (2015) e Simone Scifoni (2006), insistir na ausência (de fato confirmada) de tombamentos com questões sobre a natureza, houve disputas dentro e fora do campo da preservação travadas em torno de uma prática de salvaguarda voltada para questões da natureza, e o lócus dessas diversas construções e embates discursivos sobre as práticas de preservação se dariam na revista científica do SPHAN, a *Revista do Patrimônio*. Nela, diversos temas de editoriais foram elaborados e publicados junto a textos teóricos e científicos sobre as práticas, problemáticas e possibilidades da preservação no Brasil, evidenciando diferentes conceitos, ideias e valores sobre os bens culturais e naturais nacionais.

A formação de critérios de proteção do patrimônio nacional foi, de fato, realizada com base em dicotomias entre o par natureza-cultura, porém, não menos atravessada por causas de lutas de profissionais, em especial das Belas Artes, da História Natural e das Ciências Naturais. Muito influenciada por um debate ocorrido na sociedade civil intelectualizada, os conceitos sobre os sistemas naturais que deveriam ser preservados e sob quais condições e órgãos foram intensamente debatidos por profissionais de diversas áreas das Ciências Naturais (Mineralogia, Botânica e Biologia Geral, na época), da História Natural (Arqueologia, Zoologia e Ecologia, na época) e das Belas Artes (Composição paisagística, Urbanismo e desenho de Espaços livres, História de Jardins e Artes Visuais, na época) (LOPES DA SILVA, 2013).

A respeito dos trabalhos engajados nos modos de preservação da natureza no SPHAN entre as décadas de 1930 e 1940, ficaram marcadas as contribuições de Edgard Roquette-Pinto, Raimundo Lopes, Gilberto Freyre, Heloisa Alberto Torres e Noronha Santos nas primeiras publicações do SPHAN, todas sobre o que consideravam ser oficialmente empreendido como questão de preservação natural, Etnográfica e



Biológica no entendimento Estatal de Natureza. Através da reescrita de alguns trechos dos seis artigos levantados na Revista do Patrimônio, vale observar sobreposições e confusões de ideias tortuosas de natureza dentro do SPHAN.

Apesar da diversidade de campos científicos que publicaram na Revista e do privilégio da visão patrimonial ligada a atributos arquitetônicos e formalistas para a construção de uma memória feita por arquitetos e fundada nas formas arquitetônicas (CHUVA, 2017), uma segunda perspectiva patrimonialista, apontada brevemente pela mesma autora, desafiaria os grupos privilegiados com outros preceitos e aspectos de pensamento, a saber aqueles ligados a questões sobre a natureza, sobre a geografia e os regionalismos específicos encontrados no território brasileiro. Chuva (2017) aponta para o que ela chama de “teses geografizantes” como tentativas de ufanistas do começo do século XX – o grupo chamado “verde-amarelo” – em promoverem certa continuidade da política brasileira a partir de Euclides da Cunha, Marechal Cândido Rondon e Roquette-Pinto, sugerindo certa genealogia dessa vertente engajada em questões da natureza que rebateria nas redes de Estado formada pelo SPHAN.

A partir desse referencial teórico e histórico, debate-se a seguir as ideias de natureza articuladas por artífices da preservação na Revista do Patrimônio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO – USOS E REPRESENTAÇÕES DA NATUREZA NA REVISTA DO PATRIMÔNIO

O próprio Roquette-Pinto, na primeira edição da Revista do Patrimônio, publicada em 1937, rememora com “[...] profunda emoção as primeiras fases do movimento que bem pode ser datada da hora em que Euclides da Cunha, revelou a alma do Brasil aos seus patrícios, estilizando as feições específicas do nosso sistema.” (ROQUETTE-PINTO, 1937, p. 65). As “feições específicas” a que o autor se refere são as de atributos regionais da vida e estilos brasileiros que deveriam ser contadas como “nacional”, pois “a natureza aqui fornece mais cartas de cidadania do que os respeitosos decretos de autoridade pública. Estes documentos sempre autênticos e imperecíveis.” (RoquettePinto, 1937, p. 66)

Nem só dessa “validade eterna e genuína” sobre a natureza se certificaram os discursos de seus agentes produtores. Essa mesma vertente também adotaria um discurso alarmista sob matriz discursiva da perda. Pode-se observar que o grupo “verde-



amarelo” – especialmente ligado ao SPHAN através da figura de Roquette-Pinto e Gilberto Freyre entre 1937 e 1955 – adotaria, também, um discurso alarmista sobre a “perda do natural” para obter acolhida pela maioria dos outros intelectuais e disputar o espaço de dominação simbólica oferecido pelo SPHAN.

Por outro lado, não deixou de haver sobre a arte culta e popular de Portugal, sugestão da natureza brasileira. E não só sugestão dessa natureza em seu estado crú como influência de uma paisagem e de um meio social coloridos fortemente pela escravidão e pela miscigenação. Nos jardins – os bons jardins portugueses – onde mais uma planta brasileira se tornou elemento valiosíssimo de côr ou de forma artística nova na Europa. (FREYRE, 1937, p. 42).

Em muitos jardins coloniais brasileiros, além do cultivo de plantas, havia a criação de pequenos animais domésticos para consumo das famílias. Nos jardins das casas brasileiras, o sentido útil e humano predominava sobre o natural e o projeto estético. Como escreve Freyre (1937), eram espaços para a sociabilidade, realizações de missas e festividades, de modo a se tornar também um espaço de trocas de espécies vegetais e culturais nos jardins, aspectos da cultura luso-brasileira.

Por esses motivos, os jardins, segundo a abordagem de Freyre na primeira revista do SPHAN, é um espaço entre gostos e utilitarismos, entre cultura e natureza; evidenciando, sobretudo no trecho destacado, uma tópica discursiva sobre assimilações culturais entre diversas culturas, bem como de suas influências nas percepções e construções de naturezas domesticadas em jardins, fato que atesta uma abordagem antropológica da natureza já nos primeiros anos do SPHAN.

Gilberto Freyre, sociólogo nascido em Recife na virada do século XX, foi figura central nas construções das narrativas e da proteção ao que se designou como patrimônio no Brasil, ao lado de figuras como Mário de Andrade e Rodrigo Mello Franco. O vínculo entre Freyre e o SPHAN não se restringia ao patrimônio físico e arquitetônico, abrangia um caminho para a pesquisa e apreensão de manifestações sociológicas no território nacional. Graças ao prestígio de Freyre no núcleo central carioca do SPHAN e à sua formação e passagem pela Escola de Chicago, orientado por Franz Boas, o antropólogo usava de sua articulação institucional de modo a investigar antropologia cultural e ecologia social no Brasil, as influências entre culturas e modos de vida.



Numa abordagem patrimonial próxima a de Freyre e representando o Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres assinou o artigo “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”, em que a autora aponta caminhos para a proteção do patrimônio etnográfico e arqueológico a partir dos trabalhos do SPHAN e do Museu Nacional. Adverte para “[...] a colaboração dos habitantes das diferentes regiões do país, brasileiros ou não, mas todos amigos da Terra em que trabalham [...]” (TORRES, 1937, p. 11).

Esse primeiro contato com as acepções de Heloisa Alberto Torre, então diretora do Museu Nacional, abre para certa análise das propostas de antropólogos do Museu, exemplificados nas figuras de Raimundo Lopes e Heloisa Alberto Torres, na contribuição de inovadoras diretrizes de preservação natural do SPHAN, enfrentando, ao mesmo tempo, a visão unívoca e oficial de um patrimônio nacional estritamente ligado à arquitetura. No artigo a autora adota uma visão generalista da preservação, pleiteando de obras de engenharia a métodos tradicionais, mas, sobretudo, um modo nacional próprio da preservação e em consonância com práticas sociais de populações nativas e ligados ao que a autora chama de “agentes naturais”:

Obras de arte de engenharia tais como quebra-mares, diques, desvio de cursos de água, etc., visando proteção de remanescentes arqueológicos em tais condições, custariam tamanhas somas de dinheiros que é inútil cogitar delas. Há, no entanto, processos de fixação de solos móveis ou constantemente atritados por agentes naturais e que têm provado de modo eficiente. Além dos casos de fixação de dunas por meio de pinheiros marítimos e outros vegetais que têm sido experimentados com êxito, em climas e condições gerais muito diversos dos nossos, ainda encontramos muitos exemplos desenrolados em climas tropicais e em circunstâncias análogas às do nosso meio. (TORRES, 1937, p. 13).

Já de saída, tal asserção vai de encontro ao senso comum da literatura patrimonial sobre a ausência de uma temática de patrimônio natural. Apesar dessa grande chave de classificação com a qual se operavam os primeiros tombamentos de bens naturais no SPHAN, Raimundo Lopes e Heloisa Alberto Torres se esforçaram nos estudos das relações entre agrupamentos e culturas humanas e o meio físico, familiarizando-se com os conceitos da “antropogeografia”. Nesse sentido, as falas de Torres se alinham à valorização de um trabalho de preservação espelho da ciência primitiva brasileira



baseada nas Ciências Naturais, em consonância com a evolução do campo antropológico e não exclusivamente nas formas arquitetônicas.

A pesquisadora considera como importante para compreender a gênese e evolução dos povos humanos a fisiologia, a bio-antropogeografia, a psicologia, dentre outros ramos das ciências. Assim, o patrimônio cultural para Torres e sua linha de antropólogos era, sobretudo, científico e militante por uma forma de preservação ligada ao clima nacional e às populações autóctones.

O Brasil era rico cientificamente (especialmente do ponto de vista etnográfico e arqueológico) por possuir várias amostras de territórios tradicionais, cujo povo, flora e fauna eram genuínos em tempo e espaço. No entanto, se a cultura é processo, mudança, desenvolvimento, ela acabaria gerando uma espécie de sentimento contraditório em relação à tutela que se deseja direcionar à preservação no Brasil. Dessa forma, os antropólogos influenciaram um estatuto de preservação em que se permitia a transformação e o desenvolvimento autônomo da cultura em vínculos ecológicos em seu meio em estudos científicos e militantes (DUARTE, 2010). Entender o grau desse desenvolvimento antropogeográfico cientificamente seria, para esse ramo de pesquisadores, igualmente preservar e encontrar respostas para importantes problemas científicos, como as especificidades étnicas e botânicas do sul global.

Numa outra corrente sobre preservação natural no Brasil, Francisco Agenor Noronha Santos (1865-1956) faz referências à genialidade de Glaziou no número 08 Revista do Patrimônio, de 1944, no artigo intitulado: “O Parque da Praça da República, Antigo da Aclamação”. Esse trabalho evidencia o bojo da atuação do SPHAN na preservação de jardins e parques, como o do Passeio. O modelo de parque que foi valorizado por Noronha e os artífices do patrimônio se ligava ao jardim de *promenade*, de estilo ligado às perspectivas paisagísticas que enquadrassem à beleza da paisagem construída como uma pintura.

Dessa natureza pictórica, à qual atesta Noronha (1944), seu maior artífice foi Glaziou, paisagista francês que, de tão valorizado por historiadores, foi “patrimonializado” juntamente com seus trabalhos e o oarque, como evidencia o apêndice com longa descrição denominado “Traços biográficos de Auguste François Marie Glaziou” (NORONHA, 1944).

O fato é que o trabalho de Noronha e a sacralização da figura de Glaziou evidencia, que desde as primeiras décadas do SPHAN, havia uma ideia de patrimônio



natural mais voltada ao paisagismo, à fruição do belo pronunciado pelo Neoclassicismo brasileiro ainda presente nas obras de Glaziou e de artistas da Escola Francesa no Brasil – outra camada da história desse período de cenário de intenso debate e disputas por representações e definições na natureza nacional.

UM HIATO NO PATRIMÔNIO PEDRA E CAL: IDEIAS DE NATUREZA DE RAIMUNDO LOPES

Raimundo Lopes foi membro do Conselho Consultivo do SPHAN entre 1938 e 1941, que integrou desde a reunião inaugural acontecida no dia 10 de maio de 1938, como registra a primeira Ata do Conselho Consultivo. Nascido em Viana, Baixada Maranhense, no dia 28 de setembro de 1894, filho de Manuel Lopes da Cunha (ex-governador do Maranhão) e de Maria de Jesus Souza Lopes da Cunha, Raimundo Lopes formou-se em Ciências e Letras pelo Liceu Maranhense e ali foi professor de Geografia e História. Posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1918, casou-se com Graziela Lopes da Cunha (com quem teve duas filhas) e se integrou ao Museu Nacional em 1922, momento em que debates sobre preservação cultural e natural ganham proeminência no Brasil.

Em 1937, na primeira versão da Revista, Raimundo Lopes publica o texto intitulado “A natureza e os monumentos culturais”, o mesmo texto que Raimundo apresentou três anos antes, na Primeira Conferência Brasileira de Preservação. Vale destacar que, mesmo tratando-se de artigo entregue anteriormente à Conferência, para a versão final deste artigo publicada na Revista, Raimundo Lopes utiliza o adjetivo “culturais” ao invés de “monumentos naturais”, mais pautado, portanto, na aceção de que atribuir a ideia de monumento à natureza se trata de uma noção cultural; e diferente da noção difundida no SPHAN de meios naturais como “monumentos” cuja tópica evidenciaria uma visão de cultura com desejo de monumentalização das formas naturais.

No trabalho para a Revista do Patrimônio, Lopes (1937) enfatizou a relação intrínseca entre proteção e restauração dos monumentos históricos naturais com outras manifestações culturais, de modo que “protege-se a natureza para o bem da cultura; e a recíproca é verdadeira: o amparo aos monumentos da cultura reverte em proteção à natureza” (LOPES, 1937, p. 78). Como essa, são muitas outras as estratégias iniciais de



Raimundo Lopes para o que se compreende aqui como tentativas de estabilização do patrimônio natural nacional. Dentre suas publicações, vale destacar aquela acionada na Rádio Nacional, entre os anos de 1933 e 1945, e que, posteriormente, seria publicada no volume intitulado Antropogeografia, organizado por Heloisa Alberto Torres após a morte de seu colega de trabalho e amigo de vida.

Com fortes traços etnográficos, “natureza” e “cultura” aparecem na obra de Raimundo Lopes intrinsecamente ligados aos aspectos ecológicos da cultura humana, evidenciando-o como um dos percussores da ecologia cultural no Brasil e combatente às produções simplesmente catalográficas e racionalistas da época (CORRÊA, 2003). Raimundo Lopes investia no combate aos preconceitos do determinismo geográfico do ideário das “moléstias tropicais” que tanto influenciaram políticas urbanas e culturais no país, bem como na formação do que, desde então, é considerado patrimônio arquitetônico, cultural e paisagístico hegemônicos, como o Passeio Público, o Jardim Botânico e a Praça Paris.

Dentre seus envolvimento com tombamentos da época, no da Fazenda do Viegas Raimundo Lopes pretendia uma visão de monumento cultural e natureza mais articuladas e em acepção abrangente, que incluísse sistemas naturais, aspectos étnicos, históricos e raciais. No entanto, encontra pouco diálogo no SPHAN, à época majoritariamente composto por arquitetos, urbanistas e historiadores que se ocupavam da construção de uma memória cultural brasileira vinculada à arquitetura pedra e cal e, portanto, a uma memória forjada nas formas arquitetônicas coloniais da cultura (CHUVA, 2017).

Na análise de Corrêa (2003), Raimundo Lopes investigava diversos grupos humanos que compunham a sociedade Maranhense – portugueses, franceses, ingleses, sírios, negros e indígenas –, bem como suas relações entre espaço e ambiente, elencadas, respectivamente, nos registros das práticas e técnicas agrícolas do primeiro grupo, na formação de instituição e cercamentos de parcelas de terras com os franceses fundando a vila em 1612, nas relações comerciais dos ingleses e ambulantes dos sírios vindos da região de Zahle, nas “crendices” em simbologias ligadas a territórios naturais específicos de negros escravizados, indígenas, e, por fim, da espoliação pela colonização de índios Tapuias, Timbiras e Tembéses que migravam fugindo de portugueses que atingiam o litoral Norte.



Nesse ponto, vale observar que, analisando a convergência da história civilizatória dos povos em seus sistemas naturais, Lopes (1956) trata ambiente natural e práticas sociais de forma relacional ou, como o próprio define, “naturezas contêm culturas, culturas contêm naturezas.” (p. 31).

No artigo chamado “Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão”, publicado na Revista do Patrimônio do SPHAN em 1938, um ano depois do primeiro artigo, Raimundo Lopes investiga a influência da migração portuguesa para o litoral Norte, então habitado por diversas etnias indígenas, interessando-se, em especial, pelas práticas sociais e culturais, pelas influências e analogias mútuas e pelas reverberações nas relações de uma cultura nova pela assimilação no ambiente.

Nessa utilização do ferro para as pontas do arpão e flechas pode-se admitir uma real influência africana já por ser esse o material preponderante para tal fim, nessas e noutras armas dos povos da África, como porque há algumas analogias de formas e dimensões entre ponta basilicas, como as de que tratamos aqui, e as dos arpões africanos [...]. Não é possível, contudo, excluir na formação dessas variantes neo-brasileiras de material metálico, a influência do arpão europeu e a adaptação das formas indígenas. (LOPES, 1938, p. 157).

Nesse artigo, o autor versa sobre a diversidade técnica da pesca no estado do Maranhão, em que ainda se podiam notar traços remanescentes de elementos africanos, portugueses e de imigrantes do mediterrâneo do sul da Itália. É interessante notar que, para além da forma do arpão como elemento cultural em si, o autor se interessava pelos processos de “misturas” culturais dentre as diferentes etnias, conforme expressadas em uso de vocábulos e gramáticas próprias que davam sustento à forma material observada em suas pesquisas de campo.

Dessa forma, a própria figura de Raimundo Lopes operaria algumas ideias de “geografia”, “natureza”, “cultura” e “ambiente” que influenciaram a instituição, como a tendência causalista e demográfica francesa de Vidal de La Blache, no final do século XIX, que já colocava o problema da diferenciação do ambiente e explicava os lugares e a cultura humana através dos gêneros de vida; vertente teórica à que Raimundo Lopes se aliava pela percepção de que a elaboração das naturezas e paisagens são reflexos da organização social, do trabalho e ads diferentes formas de relação da humanidade com o seu meio.



Para essa vertente que circulou no SPHAN, sobretudo a partir da influência de Raimundo Lopes, a humanidade é um contínuo à história natural, e também o inverso. A cultura humana, inspirada na obra *vidalina*, mais do que simplesmente refém do meio, é considerada como um mecanismo de iniciativas diante de um meio físico e biológico, que tanto se adapta para organizá-lo quanto o organiza através de suas técnicas que, por sua vez, são constituídas em estreita relação contingencial com o meio. No trabalho de Raimundo Lopes era fundamental tudo aquilo que faz a mediação entre o meio e homem e que juntos constituíam um percurso no tempo, dados historiográficos e documentos de cultura, como fica evidente na citação do artigo da Revista sobre a importância do arpão como elemento cultural e no seu esforço em tombar o primeiro sítio arqueológico sob tutela do SPHAN, o Sambaqui do Pindaí, tombado na cidade natal de Raimundo Lopes (São Luís, Maranhão) em 1940, e cujos fragmentos de cerâmica encontrados e recolhidos pelo antropólogo foram destruídos no incêndio do Museu Nacional, em 2018, no Rio de Janeiro.

Como expresso na citação abaixo, nas acepções de Raimundo Lopes (1956), todas as construções e rastros no meio físico resultam da ação combinada do homem com a natureza ao longo dos séculos e em um dado lugar:

Pouco importa, porém; lógicos ou não, os planos geométricos são pelo menos tão velhos como as próprias cidades, e é mister procurar-lhes uma causa antes da lógica e mesmo além da geometria; e essa, suspeitamos que seja de natureza técnico-geográfica. Da explicação de Vidal de La Blache para os tipos retangular e circular de habitação, que considera devidos ao material – madeira, nas cabanas retangulares das zonas equatoriais; terra e palha nas circulares, dos trópicos; pedra nos edifícios retangulares das civilizações antigas, etc. – cremos possível tirar uma solução antropogeográfica para o enigma da origem, fórmulas ou planos, que parecem o que de mais abstrato, social e voluntário se possa imaginar – verdadeiras imposições do capricho ou ideal humano que obrigam as ruas de uma cidade seguir retilíneas sobre o solo que a natureza fez irregular. (LOPES, 1956, p. 149)

Ao observar a formação social brasileira, Raimundo Lopes produziu análises de grande sensibilidade à “composição do enigma da origem” do Brasil, dando foco especial às recomendações e categorias patrimoniais com complexas imbricações entre produção da natureza, pelas formas culturais, e das formas culturais produzidas com e a partir da natureza. Como se a produção “cultural” do bem “ambiental” estivesse em função de ceder ao “natural” o melhor e mais estratégico lugar nos usos “culturais”



humanos, porque tudo, “natureza” e “cultura”, está sob o mesmo amparo. Nessa análise, é possível tecer um paralelo entre as ideias da antropogeografia de Raimundo Lopes (1956) e de gênero de vida de La Blache, explorada através de Ribeiro (2007), fortalecendo o argumento da complexidade do discurso sobre questões da natureza que circulava no surgimento e primeiros tombamentos do SPHAN.

Em 1941, o falecimento de Raimundo Lopes colocou fim às suas pesquisas e contribuições para as questões patrimoniais e no SPHAN. A influência de Lopes e Heloísa Alberto Torres no SPHAN e no Ministério da Educação e Saúde se mostraram tão expressivas que, em 1942, a professora Heloisa Alberto Torres encaminha carta ao Ministro solicitando a publicação do trabalho sobre geografia humana elaborado por Raimundo Lopes, já falecido. Na carta, após reforçar a importância do pesquisador, justifica a publicação como sendo uma contribuição “[...] não apenas para o país, mas, também, para a família, que ganharia uma quantia referente à venda da obra”.³

Raimundo Lopes marcará com suas contribuições a identificação dos valores do bem a preservar vinculado a um outro tipo de abordagem menos dicotômica entre natureza e cultura e, conforme Ribeiro (2007, p. 32), “[...] apesar de pouco explorada de maneira direta [...]. A ideia de integração entre o homem e a natureza, sempre um foco central nessas abordagens, tem no pensamento geográfico uma das suas origens.” Essas visões do início do século XX sobre o *continuum* entre natureza e cultura rebateriam nos modelos de tombamentos operacionalizados pelo SPHAN, especialmente naquelas empreitadas de preservação pautadas pela categoria de “paisagem cultural” que tomam espaço das noções de “monumento natural”.

As impressões deixadas por tais pensadores confluindo no SPHAN revelam o surgimento e tentativa de consolidação de um pensamento complexo a respeito dos sistemas naturais, suas significações com a história humana e, mais ainda, com os modelos de tombamento que surgiam na época. Pode-se, por fim, perceber o rastro histórico das contribuições de diversas correntes de pensamento na teoria e contribuições de Raimundo Lopes e, portanto, influenciadora na noção de patrimônio cultural e natural debatida na época. Considerando a potência da aproximação dos múltiplos hábitos culturais peculiares no Brasil e a formação dos espaços preservados, Lopes, sem se preocupar com qualquer outro mérito de suas pesquisas, buscou

³ Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) do Museu Nacional da UFRJ – Pasta Personalidades – Heloísa Alberto Torres – Caixa: 04 Doc.: 46.



“contribuir para uma apreciação mais precisa, e por isso mesmo mais justa, das influências de cada um dos elementos étnicos e raciais na formação de um complexo de usos e costumes da nossa gente”. (LOPES, 1938, p. 184)

Preocupado com uma análise justa das influências e representações dos povos e suas práticas, talvez Lopes (1938) já percebesse que há algo de contraditório na formação do que se diz patrimônio nacional, algo de violento e injusto dentro dos próprios mecanismos de sua construção. As categorias formalizadas pelo patrimônio natural dentro de seus próprios mecanismos de fundamentação são vetores de disputas por interesses distintos; de um lado ela é a institucionalização do patrimônio dominante, de outro escapa aos limites discursivos de tombamento e produzem uma lógica de apagamentos e sobreposições de sentido. O patrimônio, portanto, é a objetificação formal de uma visão dominante de cultura, de natureza e de representações padronizadas e não menos disputadas de um ser social universal. O que está em disputa nas lutas por classificação de natureza é a representação de mundo que dá sentido à vida praticada socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – UTOPIAS E EFETIVIDADES NAS IDEIAS DE NATUREZA NO SPHAN

Na contramão da historiografia do campo da preservação, afeita à matéria estruturada nos tombamentos e não aos seus processos de estruturação, tentou-se aqui dar conta da gramática divulgada na Revista do Patrimônio que compôs a história da preservação natural do Brasil.

Para tanto, abordou-se os enquadramentos da história preservação no Brasil, que, como foi demonstrada, era potente em produções legais e teóricas sobre a preservação do patrimônio arqueológico, etnográfico, botânico e paisagístico ligado ao caráter antropogeográfico da cultura com forte traço “ecologista” oriundo das influências de Franz Boas no Brasil. Essa corrente foi aqui atribuída aos membros do SPHAN articulados ao Museu Nacional, como Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes.

Constatada essa diversidade de enquadramentos científicos articulados à questão patrimonial tão debatida no início do século XX, pode-se dizer que, de fato, a Revista do Patrimônio foi um importante meio de divulgação da causa da preservação, de



dispersão do trabalho de salvaguarda e, ainda mais, de atribuição científica e erudita a uma prática que no Brasil ainda era pouco difundida. A Revista do patrimônio trouxe à prática do SPHAN um caráter científico e metodológico graças às contribuições de diferentes pesquisadores e intelectuais que nelas publicaram.

Dentre essas publicações do primeiro período da Revista, o período heroico, foi verificada a predominância da perspectiva estética paisagística na proteção natural do SPHAN, com pouco investimento na produção de conhecimento acerca das origens científicas e primitivas das relações entre cultura e natureza no Brasil – evidenciando, de fato, os diferentes modos como as ideias de natureza podem ser apropriadas e, portanto, dos sentidos e funções políticas variadas.

As várias evidências apresentadas sobre disputas e confluências entre trabalhos de diferentes intelectuais da preservação contribuiu na construção de uma narrativa que permitisse pensar a teoria do patrimônio no Brasil por uma forma, menos dicotômica, nem exclusivamente afeita à pedra e cal, nem exclusiva à preservação natural.

O trabalho de aqui apresentado abriu hiatos dentro própria história oficial da preservação natural na instituição de preservação cultural, ao abordar o serviço brasileiro de preservação por uma perspectiva sensível e não binária. Pois, não binário também é o bem natural apropriados pelos artífices do SPHAN: produto da imaginação de diferentes agentes e grupos científicos, fronteira física e imposição simbólica para alguns e, para outros uma paisagem contemplativa e estética; uma diversidade própria e metonímica do serviço de preservação proposto pelo Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Discursos da Sustentabilidade Urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro. n.1, maio de 1999, pp. 79-89.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

CHUVA, Márcia. **Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **As relações entre a etnologia e a geografia humana em Raimundo Lopes**. Cadernos de Pesquisa. São Luís. v. 14. n. 1. jan. - jun.2003. p.88-103.



DUARTE, Regina Horta. **A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil. – 1926-1945.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias.** Revista do SPHAN, vol.1.1937.

IANI, Octávio. **Estado e planejamento no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LOPES DA SILVA, Zélia. **As percepções das elites brasileiras dos anos 1930 sobre a Natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso.** In.: ARRUDA, Gilmar (ORG.). *Natureza, Fronteiras e Territórios: imagens e narrativas.* Londrina: Eduel, 2013.pp.[177-214]

LOPES, Raimundo. **Antropogeografia.** Rio de Janeiro: Publicações avulsas do Museu Nacional, 1956.

_____. **A natureza e os monumentos culturais.** Revista do SPHAN. Rio de Janeiro, vol.1, 1937.p.X.

_____. **Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão.** *Revista do SPHAN.* Rio de Janeiro, vol. 2, 1938.p.X.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda.** Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Estilização.** Revista do SPHAN, vol.1. 1937.

SANTOS, Noronha. **O parque da Praça da República – antigo da Aclamação.** Revista do SPHAN, vol.8.1944.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural.** Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia Humana. São Paulo, 2006.

TORRES, Heloisa Alberto. **Contribuição para o estudo da proteção ao material etnográfico e arqueológico no Brasil.** Revista do SPHAN, vol.1.1937.

VIDAL, Rafael T. **Sociogênese do patrimônio natural carioca: ideias e representações de natureza no IPHAN (1930-1965).** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2020.